



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
Praça Fausto Cardoso, 112 - Palácio da Justiça Tobias Barreto de Menezes - Bairro Centro - Aracaju - SE, CEP 49010080 - www.tjse.jus.br
COORDENADORIA DE CURSOS PARA MAGISTRADOS EJUSE

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Art. 74, III, alínea f, da Lei nº 14.133/21
(treinamento e aperfeiçoamento de pessoal)

1. DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021)

Contratação dos formadores **Ana Cristina de Freitas Mota - CPF 641.341.994-68** e **Francisco Tojal Dantas Matos - CPF 018.632.275-55**, visando à realização **Curso "Atuação integrada com perspectiva de gênero: as novas lentes do sistema de justiça"**, para os magistrados(as) participantes do Curso de Formação Continuada, para fins de Vitaliciamento e/ou Promoção e servidores(as) do TJSE e do TRE/SE (em razão do Convênio de Cooperação Técnico-Científica nº 18/2023 firmado entre o Tribunal de Justiça de Sergipe e o Tribunal Regional Eleitoral).

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Contratação de serviço especializado, visando a realização "Atuação integrada com perspectiva de gênero: as novas lentes do sistema de justiça" para os magistrados(as) participantes do Curso de Formação Continuada, para fins de Vitaliciamento e/ou Promoção, servidores(as) do TJSE e do TRE/SE. Período de realização: exercício 2025	15012	Serviço	1	R\$ 2.448,00 R\$ 2.886,00	R\$ 5.334,00

A ação de formação objeto deste Termo integra o Cronograma Escolar Anual da Escola Judicial do Estado de Sergipe, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional da Ejuse – PPI e Projeto de Desenvolvimento Institucional da Ejuse – PDI (Resolução 04/2023 e Resolução 05/2023, ambas do Conselho Administrativo e Pedagógico - CAP, publicadas no DJ nº 6094/2023 de 01/08/23 e DJ nº 6133 de 28/09/2023, respectivamente).

O prazo de vigência da contratação é de 10 meses contados da assinatura do contrato ou emissão da nota de empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

A portaria nº 27 do Conselho Nacional de Justiça, de 02.02.2021 normatizou o Protocolo para julgamento com perspectiva de gênero, que é fruto do compromisso institucional do Poder Judiciário com a equidade de gênero, o que decorre das obrigações assumidas pelo Estado brasileiro na temática. Em março de 2023, o CNJ determinou a necessidade de capacitação de magistrados(as) e servidores(as) com base no referido protocolo, a partir da resolução nº 492/2023. Assim, a atuação judicial deve ser voltada para conhecer todos os aspectos que permeiam as relações interpessoais, sobretudo, os fatos relacionados à violência de gênero que é, constantemente, a causa de violência institucional. Demais disso, a atuação com perspectiva de gênero decorre de uma necessidade constante de preservar a dignidade da pessoa humana como valor normativo central das regras constitucionais. Desta feita, dado ao alto grau de especialização da matéria, faz-se necessário o aperfeiçoamento constante dos profissionais que militam na área, a fim de que haja uma melhor prestação jurisdicional.

Nesse contexto, a Ejuse oportuniza aos magistrados(as) e servidores(as) do TJSE e do TRE/SE a presente formação fortalecendo e aprimorando no exercício de suas funções.

3. RAZÃO DA ESCOLHA DO(S) CONTRATADO(S) – Art. 72, VI

A Lei nº 14.133/2021 traz, em seu art. 74, inciso III elenca as hipóteses de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, por meio da inexigibilidade de licitação, estando o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal descrito em sua alínea f.

O §3º do art. 74 conceitua a notória especialização e estabelece que *“considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato”*.

Vejamos a formação e experiência profissional dos formadores:

- ANA CRISTINA DE FREITAS MOTA:** é juíza do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, titular da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital. Membro da Coordenadoria da Mulher em situação de Violência do TJPE (julho 2016 – janeiro 2019). Representante da Região Nordeste no FONAVID (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). Representante do nordeste na AMB Mulheres. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (1991). Ministra aulas para Magistrados (as) e Servidores (as) na Escola Judicial de Pernambuco.
- FRANCISCO TOJAL DANTAS MATOS:** é juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, com atuação na Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Cabo de Santo Agostinho desde 2015. Presidente do FONAVID (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher). É também membro da Coordenadoria da Mulher em situação de Violência do TJPE desde julho de 2016, bem como faz parte de comitês e grupos de trabalho voltados para a temática no âmbito da instituição. Graduiu-se em Direito pela Universidade Tiradentes – Sergipe (2007.2) e é Mestre em Direito Constitucional pelo IDP-DF. Atuou como Promotor de Justiça de Rondônia no período de dez/2011 a junho/2012. É formador pela ENFAM e ministra aulas para Magistrados (as) e Servidores (as) na Escola Judicial de Pernambuco.

Da análise curricular acima, constata-se que os formadores possuem a notória especialização desejada, demonstrando ampla capacidade de execução, além da adequação à plena satisfação da necessidade do objeto indicado por esta Coordenadoria de Cursos.

• QUADRO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL/CURRICULUM VITAE:

Ana Cristina de Freitas Mota	Juíza do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
	Membro da Coordenadoria da Mulher em situação de Violência do TJPE (julho 2016 – janeiro 2019)
	Representante da Região Nordeste no FONAVID (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
	Representante do nordeste na AMB Mulheres
	Formadora da Enfam

Francisco Tojal Dantas Matos	Juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
	Atuação na Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher do Cabo de Santo Agostinho desde 2015
	Presidente do FONAVID (Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
	Membro da Coordenadoria da Mulher em situação de Violência do TJPE desde julho de 2016, bem como faz parte de comitês e grupos de trabalho voltados para a temática no âmbito da instituição
	Mestre em Direito Constitucional pelo IDP-DF
	Formador da Enfam

4. DO ESCOPO DA CAPACITAÇÃO E MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- Nome do evento: Curso "**Atuação integrada com perspectiva de gênero: as novas lentes do sistema de justiça**".
- Modalidade: Híbrido com aulas presenciais e educação à distância.
- Público Alvo: Magistrados(as) e Servidores(as) do TJSE e do TRE/SE.
- Carga Horária: 20 h/a.
- Período de Realização: Exercício 2025.
- Local de realização: Escola Judiciária do Estado de Sergipe.
- Investimento Total: R\$ 5.334,00 (cinco mil, trezentos e trinta e quatro reais).
- Conteúdo Programático:

Unidade I – Gênero, sexo e sexualidade: Histórico e evolução conceitual.

1. Breve histórico. Conceitos. Desdobramentos.

2. O que é a perspectiva de gênero?

3. A violência de gênero. Violência contra as mulheres e Retraumatização.

Unidade II – Direitos Humanos das Mulheres. Sistemas de Direitos humanos. Sistema Interamericano de direitos humanos.

Controle de convencionalidade. Jurisprudência da corte interamericana sobre violência de gênero.

1. Direitos Humanos das Mulheres. Sistemas de Direitos humanos. Sistema Interamericano de direitos humanos.

2. Controle de convencionalidade. Jurisprudência da corte interamericana sobre violência de gênero.

3. O protocolo para julgamento com perspectiva de gênero e os 7 passos para a sua aplicação. Questões práticas.

Atuação com perspectiva de gênero e raça e o olhar para o futuro.

Unidade III – Aprofundamento sobre julgamento com perspectiva de gênero

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO – Art. 72, VII

Para a realização do Curso foi aplicada a tabela de honorários prevista no Anexo I da Resolução nº 29/2015 (<https://www.tjse.jus.br/Dgorg/paginas/publicacao/visualizar.tjse?idPublicacao=20330>), conforme titulação do facilitador, tendo sido observado, o que rege o §3º do art. 2º da Resolução 29/2015 que fala da codocência:

§ 3º. No curso ou evento que contar com a atuação de mais de um facilitador simultâneo, caso não seja possível quantificar a hora-aula de cada facilitador, a carga-horária para fins de remuneração será equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do curso, para cada um dos facilitadores.

Tutoria em ações de educação à distância para Magistrados				
Nome do Profissional	Titulação	Carga Horária	Valor da hora/aula	Valor a ser pago
Ana Cristina de Freitas Mota	Outros Níveis	9 h/a	R\$ 100,00	R\$ 900,00
Francisco Tojal Dantas Matos	Mestre	9 h/a	R\$ 130,00	R\$ 1.170,00

Instrutoria em ações presenciais em Curso de formação, capacitação e aperfeiçoamento para Magistrados				
Nome do Profissional	Titulação	Carga Horária	Valor da hora/aula	Valor a ser pago
Ana Cristina de Freitas Mota	Outros Níveis	6 h/a	R\$ 258,00	R\$ 1.548,00
Francisco Tojal Dantas Matos	Mestre	6 h/a	R\$ 286,00	R\$ 1.716,00

TOTAL A PAGAR PARA CADA FORMADOR	
Ana Cristina de Freitas Mota	R\$ 2.448,00
Francisco Tojal Dantas Matos	R\$ 2.886,00
TOTAL DA CONTRATAÇÃO:	R\$ 5.334,00

6. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação está fundamentada na Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. O objeto em questão será contratado com fundamento no artigo 74, inciso III, alínea f da referida Lei:

Art. 74. É inexistível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

(...)

II) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

(...)

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. DOS CONTRATADOS

São obrigações dos CONTRATADOS:

Antes do curso:

- Informar os critérios de avaliação e demais informações importantes.
- Enviar material de apoio do curso.
- Postar mensagem de apresentação no AVA.

Durante o curso:

- Ministrar a carga horária contratada.
- Acessar o ambiente virtual para acompanhar os acessos e o desempenho dos alunos.
- Incentivar a participação nas atividades do curso e estimular a aprendizagem.
- Enviar e solicitar feedbacks com precisão e responder às solicitações dos alunos.
- Orientar e acompanhar o aluno na realização das avaliações.
- Enviar mensagem aos alunos que ainda não acessaram o curso, ou que estão há vários dias sem acessar.

Após o curso:

- Dar nota as avaliações programadas no curso.

7.2. DA EJUSE

São obrigações da EJUSE:

- Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste Termo de Referência, que venham a ser solicitadas pelas formadoras;;
- Acompanhar, fiscalizar e supervisionar a prestação dos serviços;
- Verificar o cumprimento da carga horária estabelecida.
- Disponibilizar os recursos tecnológicos necessários para a realização do curso;
- Efetuar o pagamento das formadoras a mediante a apresentação do Recibo, na forma do estipulado neste Projeto Básico;
- Fornecer todas as informações necessárias à identificação dos/as alunos/as participantes.

8. DADOS PARA PAGAMENTO:

ANA CRISTINA DE FREITAS MOTA	CPF: 641.341.994-68
	RG: 3572430 SSP SE
	PIS/PASEP: 19021338095
	Endereço: Rua Esmeraldino Bandeira, 178/501. Graças Recife/PE CEP: 52011-090
	Dados bancários: BANCO DO BRASIL. AG. 5755-X C/C 43060-9
	E-mail: ana.mota@tjse.jus.br anacfmota@hotmail.com
	Telefone: (81) 98801-6796

FRANCISCO TOJAL DANTAS MATOS	CPF: 018.632.275-55
	RG: 3.036.100-1 2ª via SSP/SE
	PIS/PASEP: 12816418083
	Endereço: Rua Prof. Júlio Ferreira de Melo, 191/192 Boa Viagem Recife/PE CEP 51020-231
	Dados bancários: Banco Bradesco - 237 Agência: 2322

	Conta: 290685-6
	E-mail: francisco.tojal@tjpe.jus.br chicotojal@gmail.com
	Telefone: (81) 98224-7548

9. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 A concepção, coordenação técnico-administrativa e fiscalização será realizada pela Escola Judicial.

9.2 A gestão administrativa e a fiscalização do contrato caberá à Coordenadoria de Cursos para Magistrados da Escola Judicial do Estado de Sergipe, a quem competirá gerenciar quaisquer alterações decorrentes da contratação e atestar o cumprimento do objeto para pagamento, na condição de representante do contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021 c/c arts. 16 e 17 do Decreto Estadual nº 342/2023.

9.3 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.4 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.5 As comunicações entre a EJUSE e os contratados devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6 Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

9.7 A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto da ação de capacitação (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

9.8 Antes do pagamento da nota fiscal, da fatura ou recibo, deverão ser exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos estejam vencidos.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV da Lei nº 14.133/2021 e Arts. 214 a 247 do Decreto Estadual nº 342/2023)

10.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “c”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- Multa:
 - multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento), calculada sobre o valor remanescente do contrato, por dia de inadimplência, até o limite de 15 (quinze) dias úteis de atraso na conclusão da atividade caracterizando inexecução parcial; e
 - compensatória no valor de 10% (dez por cento), sobre o valor remanescente do contrato.

O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.4 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.7 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a natureza e a gravidade da infração cometida;
- as peculiaridades do caso concreto;
- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- os danos que dela provierem para o Contratante;
- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.11 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.12 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

10.13 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

11. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO – Art. 140, Lei nº 14.133/2021

11.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da ação de capacitação.

11.2 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo as seguintes diretrizes:

- a. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- b. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- c. Comunicar à contratada para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

11.3 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do objeto.

12. DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento definitivo e pela apresentação do mediante crédito em Conta corrente bancária da CONTRATADA.

12.2 Tratando-se de contratado Pessoa Física, o documento de pagamento será o Recibo que terá que ser emitido obrigatoriamente com o número de inscrição no CPF e assinado pelo contratado;

12.3 No pagamento serão observadas as retenções, de acordo com a legislação e normas vigentes, no âmbito da União, Estado e Município;

12.4 Poderá ser deduzido do documento o valor de multa aplicada;

12.5 Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação ou qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

12.6 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

12.7 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13. REAJUSTE

Os preços são fixos e irredutíveis.

14. DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos cadastros oficiais, tais como:

- a. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);
- b. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep ou <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

Para fins de contratação, deverá o futuro contratado comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

Habilitação Jurídica:

14.1 Pessoa física: cópia de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

14.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

14.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

14.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

14.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

14.8 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

14.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitações fiscal, social e trabalhista:

14.10 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

14.11 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.12 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

14.13 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

14.14 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.15 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.16 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.17 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

14.18 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do TJSE para a Escola Judicial do Estado de Sergipe.

A contratação será atendida pela dotação a ser informada oportunamente pela Escola Judicial.

16. CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis do Guia de Contratações?

() Não

(x) Sim - discrimine a seguir:

A Modalidade de ensino adotada enquadra-se nas ações economicamente viáveis pois permite aplicar critérios de eficiência contínua de gastos, com a redução do consumo de materiais e demais insumos, em consonância com o art. 2º da Resolução 400/2021.

17. DISPENSA DO ETP E DO MAPA DE RISCO

A inexigibilidade de licitação decorre da impossibilidade de se estabelecer uma competição entre os possíveis interessados ou prestadores dos mesmos serviços no mercado, seja pelo fato de que o evento é único e atende às peculiaridades do objeto contratual pretendido, seja pela impossibilidade de comparação objetiva entre as propostas, eis que se trata de serviço eminentemente intelectual, cuja produção atrela-se especificamente à técnica única de abordagem e modelagem, inerentes a cada profissional ou empresa do ramo.

Desta forma, considerando que a presente contratação enquadra-se na hipótese de inexigibilidade do Art. 74, III, alínea f, da Lei nº 14.133/21, é dispensada a elaboração do Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Risco, conforme disposto no art. 24, §1º, I do Decreto Estadual nº 342/2023.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida, sob qualquer hipótese, a subcontratação do objeto contratual, nos termos do art. 74, §4º da Lei nº 14.133/2021.

19. GARANTIA DE EXECUÇÃO – Art. 92, XII

Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

Contratação por inexigibilidade de licitação de serviço não continuado, com previsão de execução de serviço de capacitação, na modalidade semipresencial, em que o pagamento ocorrerá somente com a efetiva prestação dos serviços.

20. DISPOSIÇÕES GERAIS

A Nota de Empenho substituirá o termo de contrato, conforme prevê o Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.



Documento assinado eletronicamente por DÉBORA CECÍLIA ALVES DE ALMEIDA COSTA, Coordenador de Cursos para Magistrados, em 18/02/2025, às 10:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjse.jus.br/autenticacao-de-documentos> informando o código verificador 2593515 e o código CRC 887D213B.